



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

JOSÉ ANTONIO NASCIMENTO MENEZES

**PROGRAMA SOCIAL DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE - BAHIA: UMA ANÁLISE DO
PAS (PROGRAMA DE ACOLHIMENTO SOCIAL)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

JOSÉ ANTONIO NASCIMENTO MENEZES

**PROGRAMA SOCIAL DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE - BAHIA: UMA ANÁLISE DO
PAS (PROGRAMA DE ACOLHIMENTO SOCIAL)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jucelia Bispo dos Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

JOSÉ ANTONIO NASCIMENTO MENEZES

**PROGRAMA SOCIAL DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE - BAHIA: UMA ANÁLISE DO
PAS (PROGRAMA DE ACOLHIMENTO SOCIAL)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 25/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jucélia Bispo dos Santos (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Paulo Donizé Siepierski

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMAS/QUESTÕES NORTEADORAS	10
3	JUSTIFICATIVA	16
4	OBJETIVOS	19
4.1	GERAL	19
4.2	ESPECÍFICOS	19
5	REFERENCIAL TEÓRICO	19
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
7	CRONOGRAMA	23
	Referências	24

1 INTRODUÇÃO

São Francisco do Conde um município localizado no Estado da Bahia, o município se estende por 269,715 km². De acordo com os dados do IBGE, contava com 33.183, habitantes no último senso (2010), com população atual (2021), em torno de 40.664(quarenta mil, seiscentos e sessenta e quatro) habitantes, densidade demográfica de 126,24 hab. por km². São Francisco do Conde é, portanto, o município considerado como o mais rico da região metropolitana do Salvador, detentor de uma grandiosa arrecadação constituindo no produto interno bruto de R\$ 846.294.963,00(oitocentos e quarenta e seis milhões, duzentos e noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais), tendo um repasse mensal de R\$. 49.093,302,00(quarenta e nove milhões, noventa e três mil, trezentos e dois mil reais) e mais outras receitas.

O Programa de Acolhimento Social (PAS), foi criado para além de complementar a renda, dar aos cidadãos de São Francisco do Conde, as condições necessárias de ser estabelecida uma integração cidadã dos munícipes, conhecidos pelo título popular como franciscano, ajudando-os no alívio das preocupações geradas pela carência financeira o que contribui para o afastamento do convívio social e o valor repassado mensalmente aos beneficiários do programa, é de R\$ 500,00(quinientos reais) atualmente tendo o; seu valor mínimo de R\$ 300,00(trezentos reais) e juntamente com um cartão extra que faz parte do programa, nomeado de PAS+; o valor liberado para compras é de R\$ 85,00(oitenta e cinco reais), descontado do valor maior, restando após o desconto de R\$. 415,00(quatrocentos e quinze reais). Este cartão rotulado como PAS+ é destinado para compras apenas dentro do município, cuja a ideia seria fomentar a pequena “economia local”, da cidade; sendo que pouquíssimos são os comerciantes que aderem a esse sistema de comércio celebrado entre a prefeitura municipal através da SEDESE – Secretaria Municipal de Serviço Social e Esportes, uma vez por mês. O uso do cartão é “restrito” apenas para compra de bebidas alcoólicas, podendo ser negociado na aquisição de quaisquer outros produtos básicos alimentar. Acontece que muitos beneficiários utilizam para adquirirem outros produtos na pequena rede comercial e alguns comerciantes pensam faturar em razão do paradeiro de compras e fazem a transação, O comerciante que desejar aderir a esse sistema no sistema, deve se dirigir para cadastrar o seu comercio na prefeitura/SEDESE e posteriormente estará credenciado para a tal operação

comercial, salientando que a ideia da criação desse cartão PAS+, foi para é ajudar estimulando os pequenos e médios estabelecimentos, (estes em número reduzidos) comércio local. De acordo com a lei de diretrizes orçamentaria,

a política pública fomentada pela secretaria municipal de desenvolvimento econômico social e esportes, vem sendo executada com um avançado trabalho sem limitação, estimulando o comercio local com a finalidade que seja ampliado o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza em São Francisco do Conde, trazendo cursos rumo a profissionalização e o desenvolvimento da mão de obra local, sobretudo daqueles de faixa etária vulnerável e inscritas no CADÚNICO (cadastros único) dos muitos que ainda não tiveram a oportunidade do primeiro emprego. As lutas na busca de recursos para o custeio e incentivo à cultura, focadas na formalização do mercado local; a legalização do vínculo trabalhista e da regulamentação da contribuição social ao INSS-Instituto Nacional da Previdência Social.

Essa pauta estava descrita na lei de diretrizes orçamentárias de 2017, intitulada de Ações e Metas Prioritárias pela prefeitura de São Francisco do Conde.

Este projeto tem como objetivo apoiar a formação e qualificação da população, e consta no anexo I na página 29, que esses cursos foram realizados. Atualmente no PAS há 5.356 beneficiários até o mês de novembro do ano de 2021, conforme informações postada sobre o programa no site da prefeitura municipal, na página da SEDESE – Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte; além disso, ser impossível nestes 15(quinze) meses da nova gestão, pesquisar as mudanças sociais e econômicas, até então nada foi realizado, ocorrendo no município uma série de fatores que denotam não haver gestor e secretários presentes em razão da ausência dos mesmos, um vício ou mania que vem a quase quatro décadas, administrarem as finanças à distância em escritórios na capital do Estado da Bahia, cidade do Salvador, e quanto a alguma mudança no Programa de Acolhimento Social (PAS), nos quase 12(doze) anos da criação e implementação, nada aconteceu para a evolução deste, reorganização, realização de melhorias, falta de execução de um trabalho físico de acompanhamento através de análises em profundidade das condições socioeconômicas dos moradores beneficiários que ultrapassaram o tempo permitido no programa facultado em 05 (cinco) anos, impedir que pessoas beneficiárias, figurem como funcionários contratados em cargos comissionados e ou contratados, recebendo salários na folha de pagamento da prefeitura paralelamente, o que fere os princípios da legalidade; acabar com a utilização do PAS na esteira da política local. Até o presente no que se refere a valores dos repasses, houve uma pequena redução

via movimentos que acontecem no uso político antes e depois da posse de gestão, ainda não se tem resultado quaisquer sobre as mobilidades executadas pela primeira dama ora titular da SEDESE - Secretária de Ação Social e filha apoiadora no comando desta secretaria e influencer municipal na gestão.

O desemprego latente e petrificado, vem produzindo o êxodo de muitas famílias que passaram a residirem em Feira de Santana, Santo Amaro, na busca de espaços para uma melhor sobrevivência profissional, (emprego), e ou empreendedorismo, mobilidade urbana, água em abundância, já que EMBASA no município só fornece água de 02(dois) a (três) dias por semana.

Em nosso entendimento o que mais intriga, gira em torno do por quê, um município rico de belas tradições históricas, com um enorme passado glorioso economicamente, possuindo recursos financeiros invejados, mal aplicados e de formas duvidosas a quase 05 décadas, beneficiando milhares de pessoas de fora com as boas remunerações, enquanto que a maioria dos munícipes sofrem com a falta de emprego e poucos são contemplados com oportunidade que deveriam ter por direitos ao lugar daqueles chegaram por alguma recomendação, produzido pelo um descomunal clientelismo político, no seu próprio município possuidor da maior renda per capita da América Latina; com uma população pequena. Ressaltando que até o ano 2010 ocupava segundo dados do IBGE, o 2.743º lugar no IDH entre os municípios brasileiros, obviamente este indicador deve ter sofrido alteração agora em 2021.

Na verdade, isso só deve ser a consequências da maldição social, observada por estudiosos como a maldição do petróleo, que afetou a mentalidade social e cultural dos franciscanos; uma população que nada vê e não procuram se valorizarem com a força das ideias progressista de crescimento e desenvolvimento do próprio bem-estar, com essa mania comportamental de alienação ou esmola moral, as possibilidades que essa riqueza pode proporcionar.

Um outro fato a analisar é que nunca houve por parte de todos os governantes que desfilaram e ainda desfilam na passarela do poder municipal nos quase 50 anos, (acostumaram e costumam dizerem a qualquer munícipe que o dinheiro do município é do franciscano e isso passou a ser um alimento sem cheiro e sem sabor, cultural, emocional e psicológico dos milhares de munícipes aculturados, de má e boa-fé, materializando a estúpida, leviana e malévola afirmação) o interesse e preocupação para criar atividades econômicas dentro do município pois, a falta de capacitação profissional entre os beneficiários do PAS e a população de franciscanos, fazem eles

serem eternos dependentes dos benefícios sociais e enxertando a folha de pagamento da municipalidade na escravidão do sistema político dali. Estes fatores contribuem para o aumento crescente e enorme de pessoas inclusas no programa a cada momento

Numa entrevista realizada com duas assistentes sociais foi possível identificar 03(três) grupos dentro do PAS, primeiro famílias que têm residência própria, e destinam o dinheiro do benefício para suprir suas necessidades básicas, como alimentação, complementação na quitação de dívidas como água e luz; o segundo grupo refere-se às famílias que são assistidas pelo programa Bolsa Aluguel (outro programa social do município), e que destinam o valor também para a alimentação e quitação de dívidas; e o terceiro grupo é o de famílias que por algum motivo específico não são beneficiárias do programa Bolsa Aluguel, mas que estão inclusas no PAS e usam o valor do benefício para pagar o seu aluguel.

O foco maior desse programa quando da sua criação em 2009, visava contemplar apenas as mulheres, as quais se encaixassem nos requisitos estabelecidos pelo referido programa e também criar uma independência financeira dessas mulheres, para que pudessem dedicar seu tempo na educação e acompanhamento dos seus filhos. Porém, uma nova resolução criada em 2015, abriu espaço para que homens também fossem beneficiados com o programa, desde que eles figurassem sendo a pessoa responsável legal da família ou caso sua companheira não tenha toda documentação necessária para comprovar que ela e sua família residem no município há mais de cinco anos.

As assistentes sociais fazem acompanhamento antes, (o que nem sempre ocorre quando há interesse de alguém no seio da gestão) os beneficiários não têm o devido acompanhamento social dessas profissionais durante e após a concessão do benefício, fiz algumas pesquisas em dois distritos e lá sequer aparecem uma assistente social a não ser para justificarem atividades como visitas de campo, no cumprimento de relatórios porque só assim mostram trabalhos. Acompanhamento de como está se dando o desenvolvimento escolar dos filhos e, até mesmo, se houve mudança na autoestima dos contemplados. (Não procede essa afirmação, pois tudo caminha livre) no município há casos de mãe desempregadas, que perderam suas oportunidades de trabalho contratado pela prefeitura, mediante a alguma perseguição, sofrendo depressão e chegando a catarem restos de aves de abatedouros para se

alimentarem; muitos não acreditam, mas, acontecem e isso as assistentes das salas climatizadas não veem

Quanto a moradias, ainda há um grande déficit habitacional e elas as assistentes sociais tem conhecimento, fazem relatórios e relatórios e nada saem do papel, infelizmente.

Elas afirmaram que após a concessão e inclusão no PAS ainda explicam aos novos beneficiários ao assistirem a uma palestra sobre educação financeira e ganham dicas de como usarem o dinheiro e até mesmo de como podem aplicar ou fazer investimento para que haja um retorno futuramente (fazer investimento com valor repassados pelo programa, é impossível) e ainda segundo elas, nessa reunião os beneficiários também são “alertados” a respeito do prazo limite do programa, que não pode ultrapassar cinco anos, mas caso essa família comprove que não tem ou não exerce outra atividade remunerada para garantir seu sustento o prazo pode se estender por mais um ano.

Como uma cidade que não gera emprego, não capacita e sim incapacita a população como foi relatado acima pela assistente social, como essas pessoas irão exercer outra atividade financeira a não serem de forma autônoma como pescaria, confecção de artesanato, diaristas ou empregadas domésticas, alguns homens trabalham como moto taxistas em pequeno número (a maioria não possuem condições para comprar) para os que conseguirem com a renda do benefício adquirir uma moto ou alugarem), essa deveria ser uma preocupação das políticas públicas da cidade, da SEDESE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e Esporte em garantir às pessoas que após o término do prazo do programa estivessem prontas profissionalmente para exercer funções, e que os setores públicos e privados pudessem lhes garantir uma vaga de emprego dentro do próprio município.

Outros critérios também são esclarecidos nessa palestra, como as atitudes que acarretariam a perda do benefício (não tem critério e sim alguém qualquer que desejar prejudicar um beneficiário, usando o expediente da fuxico, é bem ouvido e prospera a intenção) como mudança na situação financeira, mudanças de endereço (para outra cidade) e caso seja comprovado que o cartão foi passado para a mão de terceiros (como exemplo os agiotas, e acontecem), esses são os principais critérios segundo a assistente social do programa. (Por conhecer em profundidade, afirmo que ninguém é punido por isso, para que os governantes e demais atores no sistema, não perca eleitores). Lembro que até o ano de 1985, não existia na municipalidade a farra ou o

conhecido trem de contratação aleatória de pessoas para ocuparem cargos comissionados ou contratados com altas remunerações, sem finalidade de desenvolverem atividades laborais e, neste tempo o município com uma população com 15.000(quinze mil)habitantes e 12.020(doze mil e vinte) eleitores, demonstravam felicidade constante, a produção de pesca e frutos do mar de todas as espécies, eram encontradas todos os dias; a presença da Petrobrás a anos atrás quando usava a ponte tradicional como um porto de embarque e desembarque de funcionários trabalhadores no mar, dava um ar de prosperidade, não havia PAS, Bolsa Família e ninguém passava necessidades e fome; (como atualmente passam uma grande fatia da população mesmo tendo o amparo do PAS, em face da crise econômica e social no país) os franciscanos trabalhavam como autônomos, a pesca em grande produção, outros nas áreas da Petrobras nas empresas terceirizadas. Os recursos municipais eram poucos e cobriam as obrigações administrativas.

O Convento de Santo Antonio, recebia gêneros alimentícios oriundos de organizações até internacionais e através dos frades franciscanos distribuíam as famílias da linha de pobreza e sem perderem a dignidade porque trabalhavam lavando roupas, cozinhando. A Ordem Franciscana ajudava também na saúde, com médicos, dentistas onde havia 02(dois) gabinetes dentários no referido Convento e ainda serviços de Raio X, portanto, a população de São Francisco do Conde era feliz e não sabia.

2 PROBLEMAS/QUESTÕES NORTEADORAS

Para entender as políticas sociais no Brasil nos dias atuais diante do seu tamanho e complexidade, necessariamente carece de se fazer na sua essência análises das situações e sua funcionalidade, focando na esteira crítica que vislumbra o entendimento de que a partir do sistema de políticas públicas no Brasil, vemos que a população mais pobres convivem com uma realidade diferente da que é mostrada na divulgação midiática, os projetos que ainda deixa a desejar no que se refere a qualidade e eficácia, tão sonhada por parte da população pobre vítima do sistema social capitalista selvagem ainda existente por décadas. Todavia, não devemos deixar de salientar que essa situação do crescimento constante da pobreza, é gerada pelo

descontrole, irresponsabilidade, no controle e gestão dos orçamentos públicos, fomentando a má distribuição de renda propriamente dita.

As políticas sociais respaldadas legalmente no Brasil, instituídas a partir da Constituição de 1988, são muito avançadas, entretanto, sua efetividade é restrita, pontual e seletiva, o que agrava a pobreza e as desigualdades socioeconômicas da maior parte dos cidadãos brasileiros.

No Brasil, criaram uma tecnologia de políticas públicas, direcionadas a maioria da população brasileira, especificamente aos mais pobres, porém, ainda deixa a desejar em qualidade de atendimento e eficácia. O aproveitamento dessa tecnologia representa um desafio para a obtenção de resultados das políticas sociais para a erradicação forte nas mais diversas formas e extensão da pobreza e demais expressões da questão social.

O neoliberalismo instituído no país com o governo Collor, teve seguimento quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência da República, isso produziu a deterioração da relação entre o Estado e a população, neste governo foi intensificado o processo de reforma do Estado, reduzindo as despesas financeiras, materiais e humanas dos mecanismos de proteção e prevenção social, tornando-os residuais, seletivos, fragmentados e descontinuados.

Com a eleição de 2002, Lula da Silva chega ao Executivo Nacional, aprofundando os ajustes neoliberais anteriores, concretizando a segunda contrarreforma da previdência (direcionada ao setor público), já que a primeira foi implementada no governo Fernando Henrique Cardoso feita em um só bloco e as reformas da educação, sindical e trabalhista, que foram e até hoje vemos concretizados por etapas até a sua consecução final.

Desta forma, todas as mudanças feitas até agora, produziram consequências desastrosas e para a maioria da sociedade brasileira, pois incidem diretamente sobre os salários dos trabalhadores com reduções sem controle, estabelecendo vínculos frágeis e precários, aumento e intensificação da jornada laboral na forma semelhante ao mais valia no século XVIII e novas formas de trabalho; os direitos e as políticas sociais se tornando cada vez mais retraídos; vistos claramente no aumento do desemprego, subemprego e da informalidade efervescendo, na elevação das desigualdades e da miséria, tendo como decorrência direta o aumento da violência, da exploração sexual infanto-juvenil, do encarceramento e do analfabetismo, infelizmente.

A realidade das políticas sociais no Brasil desde o início da década de 1990 ocorreram transformações societárias que incidiram diretamente sobre o conjunto da vida social, trazendo profundas mudanças na forma de produção, na economia, na política e na cultura, e estas vinculadas ao mercado mundial sob a gerência do capital financeiro, que irão redimensionar a “questão social” (NETTO, 1996a), bem como o seu enfrentamento através da política social, num contexto de mundialização do capital.

Neste cenário, a pobreza se expande, evidentes com o aumento exacerbado dos níveis de exploração e aprofundamento das desigualdades materiais e sociais, dadas pelo processo intenso da concentração de riqueza e de propriedade (NETTO, 1996a; IAMAMOTO, 2008).

Segundo André Portela Souza (2012), “embora haja espaços para melhoria da focalização do programa Bolsa Família, a maioria dos beneficiários é pobre” (SOUZA, 2012, p. 170). Isto é, classificam-se como programas de distribuição as transferências de renda, onde o indivíduo recebe um valor monetário e mensal para financiar as suas necessidades básicas. No Brasil, os principais programas de transferência de renda e assistência são: o benefício de prestação contínua da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC LOAS), benefício da aposentadoria e bolsa família.

O Programa Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal, pela Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo decreto nº. 5209 de 17/09/2004, um programa de transferência direta de renda em condicionalidades, visando reduzir a pobreza beneficiando famílias, em situação de pobreza (tendo renda mensal de 70 a 140 reais), extrema pobreza com renda mensal, por pessoa, (de até 70 reais). Tendo como critério principal que qualquer família na extrema pobreza pode participar, enquanto as famílias em situação de pobreza podem participar somente se apresentarem faixa etária de 17 anos. Esses valores variam de acordo com as condições financeiras e a composição familiar. Souza (2012) aponta que:

Cerca de 75% dos beneficiários do bolsa família pertenciam aos 40% mais pobres da população, enquanto em todos os programas tradicionais voltados ao trabalhador formal, como as indenizações trabalhistas, auxílio, alimentação e transporte etc., esse percentual era de menos de 20%. (SOUZA, 2012, P. 172).

A política social no Brasil, os programas federais de transferência de renda datam do ano de 2000. Os programas implantados no país, que deram origem ao

Bolsa Família, foram o Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Alimentação, estes criados no período entre 2001 e 2003. Com a criação do Programa Bolsa Família (Bolsa Família), providenciou-se a unificação de tais programas (IPEA, 2012).

A pobreza está relacionada a outros fatores que não a renda, como expectativa de vida, saneamento e acesso a bens e serviços públicos. Ademais, existe a possibilidade da ocorrência de erros devido à desatualização cadastral ou manobras por parte dos beneficiários para manter a renda *per capita* informada dentro da exigida para ser incluído ou permanecer no programa. De acordo com Senna et al. (2007), o uso da renda monetária como critério único de seleção das famílias deve ser melhor avaliado, uma vez que somente a renda não é suficiente para qualificar a pobreza. Além disso, a definição arbitrária de um valor per capita muito baixo tende a impossibilitar a inclusão de famílias que, apesar de situadas em uma faixa de renda um pouco acima do valor definido, encontram-se também em situação de pobreza. Desse modo, o Programa Bolsa Família representa uma parcela a ser considerada na contribuição para redução da desigualdade.

Impossível deixar de salientar é claro que a Constituição do Brasil de 1988 não ainda não é aplicada na sua totalidade, e o pouco que se efetiva está gradativamente se destruindo; de tal modo, ocorre sorrateiramente acontece o desmonte do Estado e o sucateamento das instituições públicas. Neste contexto, as respostas às necessidades sociais da sociedade se tornam mais restritas, o que traz como consequência, a intensificação da pobreza, o aumento da insatisfação e o desespero da população.

E desta realidade, se faz necessária as lutas pela defesa dos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais; acentuando que a política social é um direito, e não um favor ou um prêmio dos mais hábeis.

Os programas de transferência de renda aumentam a capacidade de consumo das famílias enquanto forem recebidas. Evidentemente, se as transferências forem interrompidas essa capacidade será imediatamente reduzida. Ao menos a curto prazo, as famílias que saem da pobreza graças às transferências dependem delas para manter seu nível de consumo. (MEDEIROS, BRITTO e SOARES, 2007, P.25).

Nesse sentido, as mudanças no sistema de proteção social ganham destaque na medida em que a pobreza, fenômeno complexo e multidimensional, passa a ser

reconhecida e considerada na formulação de políticas sociais, como questão social e coletiva a ser enfrentada pelo Estado. É nesse cenário de crescimento da pobreza e da desigualdade social, resultante da recessão econômica e da deficiência do Estado em responder as demandas sociais da população menos favorecida economicamente, que ocorrem importantes inovações nas políticas sociais.

Autores como Silva e Silva, Yazbek e Giovani acreditam que a principal causa da pobreza no Brasil é a desigualdade na distribuição de renda e da riqueza socialmente produzida e consideram que qualquer que seja a política que tenha por objetivo o seu enfrentamento, deve ser articulada com a política econômica, com investimento social a médio e em longo prazo. Deste modo, à redução da pobreza perpassa outros fatores e apontam como alternativas a ampliação da inserção de jovens no sistema de educação e articulação no sentido mais amplo de políticas públicas de geração de emprego e redistribuição de renda planejada e executada com seriedade. (SILVA e SILVA, YAZBEK e GIOVANI, 2004, p.202).

Portanto, a política social na sociedade brasileira revela o quanto temos que construir, isto porque a dita Constituição Cidadã não passa de leis sem ações práticas, um sonho a ser conquistado.

De volta ao contexto de São Francisco do Conde, vemos que trata-se de um município rico em arrecadação de impostos oriundos da refinaria da Petrobrás Landulpho Alves, Mataripe, e uma enorme parte da população considerada pobre, desempregada, por não existir geração de emprego, produzida pelo desinteresse e da política atrasada local que se arrasta a décadas, clientelista sobre a população nas suas várias faixas etárias de idade amparando milhares na folha de pagamento da municipalidade, ganhando sem trabalharem, contribuindo para a manutenção e produção da ociosidade, vícios, desinteresse de crescimento profissional na vantagem ganho fácil e a utilização de outros meios com distribuição de vales gás, cestas básicas etc. mecanismos viciantes prejudiciais a nível social.

A economia local não desenvolve, os poucos atores que protagonizam esse mercado comercial, a cada dia agonizam e muitos já desistiram da caminhada, pois os contemplados com médios e altos ganhos oportunizados pela gestão sem laborarem e ainda absorvendo benefícios nos programas sociais do município, verdadeira operação lambuzar, produzem gastos nas cidades vizinhas como Candeias, Santo Amaro e Salvador, gerando com isso o empobrecimento e desestímulo comercial.

A falecida e ex-prefeita Rilza Valentim, por ser uma visionária focada ao desenvolvimento, proteção e amparo social, cujo lema era “cuidar de gente” planejou e colocou em prática projetos físicos e sociais no município em todos os setores da gestão e o Programa de Acolhimento Social (PAS), destinava ao alívio financeiro dentro do contexto da redistribuição de renda, ajudando muito as famílias carentes de baixíssima renda no município. Valendo dizer que após o seu falecimento o sucessor faltou com a sensibilidade, responsabilidade para que esse programa continuasse a trilhar com a força proposta pela autora, a qual conhecia em profundidade as necessidades do povo. Outrossim, podemos observamos que o Programa de Acolhimento Social (PAS), desde a sucessão de sua implementadora até os dias atuais, vem sofrendo processos de gestão, direcionamentos, critérios nos cadastramentos com indicações, beneficiários possuidores de outros rendimentos dentro do mesmo sistema político local.

Numa análise profunda desse programa através de uma perspectiva social, torna-se evidente a proporção em que as políticas públicas aplicada pelo programa quanto ao controle no cadastramento, recadastramento para a permanência obedecendo as exigência constante na Lei nº 078/2009 e seus artigos balizadores para a sua criação e aplicabilidade, bem como a extensão de benefícios, vem sinalizando um exacerbado número de beneficiários com o passar dos anos atingirá níveis, que poderá abortar o programa, pois é sabido que dentre as prioridades estabelecidas concomitante com o objetivo maior, não está sendo o suficiente para a redução do aumento de inscritos, salientando que as avaliações dos beneficiários aptos ao ingresso, não vem sendo feitas e outros ao deixarem de serem dependentes unicamente do PAS, busquem outros meios de sobrevivência e o círculo vicioso desapareça abrindo caminhos para outros que necessitam serem incluídos.

Fazem quase 12(doze) anos de criado, instituído esse programa de Acolhimento Social (PAS), e necessita urgentemente passar por um processo de reformulação total do programa, para a continuidade dos seus objetivos conforme foi proposto e a (SEDESE), que o coordena seja também reformulada a mentalidade do seu corpo gestor, elaborando uma reestruturação bem planejada junto a outras secretarias, a gestão municipal e a representante do Ministério Público Estadual local, focados a um novo ordenamento, controle social, moralidade dos critérios de acesso ao benefício, eliminando o uso político do referido programa, bem como emanar a credibilidade da gestão social para a criação de empregos, qualificação profissional

com cursos relevantes e o empreendedorismo, com resultados e sem discursos bonitos, dentro do município, como forma de frear o quantitativo viciante de oportuno beneficiários de um programa direcionado especificamente às famílias carentes e que vivem abaixo da linha de pobreza.

3 JUSTIFICATIVA

Além de analisar a influência impactada pela distribuição de renda entre a população de São Francisco do Conde, surge a necessidade de analisar as possíveis problemáticas na vida social e econômica dos beneficiários do Programa de Acolhimento Social (PAS).

Surgindo assim um interesse em pesquisa, analisar e descrever indo por um viés crítico, sobre as políticas de distribuição de renda, o PAS e o Bolsa Família, são programas que se assemelham, diferenciando-se apenas em seus aspectos e critérios de elegibilidade, o PAS visa o aspecto social das famílias franciscana, enquanto que o BF se baseia na renda familiar total e na presença de crianças e jovens na família.

O PAS encontra-se como um programa de redistribuição de renda, sendo necessária uma preocupação com o enfoque principal do programa, que visa auxiliar financeiramente as famílias do município, estimando que dentro de 05 anos os beneficiários supostamente obterão outro meio de sobrevivência para deixarem de ser dependentes unicamente desse programa, uma vez que não há políticas públicas eficientes para gerar medidas na geração de empregos torna-se um fator alarmante.

São Francisco do Conde é um dos municípios mais ricos da região metropolitana de Salvador, com o produto interno bruto de R\$ 846.963,00(oitocentos e quarenta e seis milhões, novecentos e sessenta e três mil reais) segundo dados do IBGE. Mesmo assim existem áreas da cidade que sofrem com os descasos, como a falta de saneamento básico, distribuição de água potável, manutenção da pavimentação das ruas e outras necessidades básicas para garantir o bem-estar da população. Conceder melhorias e condições de vida desses beneficiários é um dos objetivos do programa.

Fazer comparações do índice de desemprego na cidade, com o objetivo de avaliar se após a implementação do programa houve algum crescimento ou não no número de desempregados dentro do município, outro ponto interessante é analisar

quais as atividades econômicas presentes na cidade, incluindo trabalhos fixos e autônomos para os que não são beneficiários do programa. Sempre levando em conta as minhas provocações e discussões, questionamentos para saber até onde o programa dificulta a geração de emprego na cidade.

Debruçando um olhar na atual situação do município e dos beneficiários do PAS, antes da implementação desse projeto era necessário prever as consequências futuras, devido ao aumento da população, suportaria a inclusão de mais pessoas e famílias no programa inclusive aqueles que não precisam do benefício e muitas que são de outras cidades, serem impedidas as suas inclusões e os não necessitados retirava sairia e se fosse realizado um tombamento tipo malha fina, certamente economizaria recursos para amparar os mais necessitados. Aqueles também maioria que recebem desde o início do programa até os dias de hoje sairiam e outros que exercem no silêncio cargos comissionados. Acontecendo uma reformulação firme, essas desocupações contemplaria portanto novas famílias. Acontece a cada ano movimentos na contramão dos objetivos e normas do programa com a inclusão de muita gente sem necessidades.

Famílias composta filhas mães solteiras, filhos e esposas desempregadas, amparadas pelo PAS e Bolsa Família, chegam a receberem destes benefícios sociais um total variável na composição familiar , oscilando entre R\$ 4.000,00(quatro mil reais) e R\$ 5.000,00(cinco mil reais), como fonte de renda sem exercerem nenhuma outra atividade remunerada, onde se acomodam considerando que tais valores supre as necessidades básicas, alimentação, os custos fixos no pagamento de água e energia elétrica, gás e o que sobre da renda é destina a produtos de uso pessoal e etc. Geralmente esses grupos familiar na maioria são composto no mínimo por 05(cinco) ou mais membros;

Outra abordagem que irei trabalhar é no que diz respeito a falta de capacitação profissional entre os beneficiários e seus descendentes, por falta de políticas públicas voltadas para tal fim e há cinco décadas, as gestões que por ali passaram, nunca tiveram interesse em criar condições ao preparo de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. O custo financeiro desse programa para a manutenção das pessoas inclusas, as maiorias ainda figuram desde quando foi criado e estão como efetivados até os dias atuais, sem a alternâncias contrariando os dispositivos legais basilares do programa.

Todavia, apenas a capacitação profissional não é o suficiente, pois não adianta capacitar esses jovens e adultos, se não ofertar espaço para o exercício de seus conhecimentos. Necessário se faz a gestão municipal criar um balcão de emprego ou melhor seria viabilizar um posto avançado do SINE-BAHIA, dentro da cidade contribuiria para o desenvolvimento econômico e social, do município, um projeto que seria muito bom porque o elevado número de jovens residentes nos distritos, povoado e sede, sem experiência e outros em quantidade elevada com formação acadêmica, sem emprego e renda, bem como carteira assinada e sem perspectivas.

Com relação ao PAS-Programa de Acolhimento Social, a prefeitura municipal de São Francisco do Conde, informa que

Para a concessão do benefício é exigido que as famílias participem de atividades socioeducativas, promovidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE). Através da participação nos programas, os moradores têm acesso à capacitação profissional, acompanhamento médico e à promoção social. A finalidade do projeto é preparar os franciscanos para, no futuro, conseguir se sustentar independentemente da ajuda financeira da Prefeitura." (dados coletados no site da prefeitura). <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/pas-programa-deacolhimento-social-de-complementacao-de-renda/>

Há quase 12(doze) anos da criação, implementação do PAS, qual a situação dos primeiros beneficiários? Análise das mudanças que ocorreram na vida dessas pessoas. E será que o programa tem atingido seus objetivos? É visível o aumento do número de pessoas que vivem unicamente dessa renda.

Serão as três abordagens importantes que pretendo trabalhar dentro do meu projeto, delimitando um distrito específico para fazer coleta de dados, tendo como foco da pesquisa não apenas os impactos do programa, mas também quais as melhorias que ocorreram na vida dos beneficiários, e fazendo uma comparação do contexto atual da cidade e na vida dos moradores nos anos anteriores da criação do projeto social.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Compreender e avaliar se o Programa de Acolhimento Social (PAS) tem atingido seus objetivos: complementar a renda familiar e garantir melhorias nas suas condições de vida.

4.2 ESPECÍFICOS

- Analisar as condições de vida dos beneficiários.
- Realizar um levantamento sobre o número exato de beneficiários inclusos no programa e fazer uma comparação com números de desempregados no município.
- Identificar a falta de qualificação profissional, e de que forma isso impacta em seu desenvolvimento social, onde lhes retém a serem reféns e viverem e dependentes unicamente do auxílio financeiro da prefeitura através do programa.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Souza (2012), “se os programas têm algum grau de focalização nos mais pobres e se baseiam em simples transferências de renda, o impacto sobre a redução da pobreza não deve ser desprezível” (SOUZA, 2012, p. 10). Destacar que o público mais contemplado dos programas sociais do governo federal e de instâncias públicas são as famílias mais pobres, e que é de extrema importância ressaltar que essa transferência de renda pode gerar um círculo vicioso para os beneficiários, que se tornam dependentes dos benefícios sociais, o que de acordo com Silva (2007),

Isso não significa que esses programas sejam capazes de ir além da manutenção de certo nível de pobreza, podendo servir, inclusive, para controle e regulação dos níveis de indigência e pobreza que são determinados pelos próprios critérios de acesso das famílias a esses programas. Para que o quadro de pobreza possa ser progressivamente superado, é necessário que esses programas possam não só distribuir, mas

sejam capazes de redistribuir renda entre a população brasileira, de modo a alterar o nível de concentração da riqueza socialmente produzida. (SILVA, 2007, p. 9).

Ao longo de 18(dezoito a) anos de criação do Bolsa Família ele vem atingindo seu principal objetivo, que é reduzir a extrema pobreza e erradicar a desnutrição infantil. De modo geral, para Senna (2007),

É preciso haver uma preocupação com o caráter do Programa, uma vez que não há medidas focadas na geração de emprego e renda, que aliadas às estratégias políticas e socioeducativas, poderiam cooperar com o rompimento do ciclo de reprodução da pobreza. Na opinião dos estudiosos, essa pode ser considerada a maior debilidade do Bolsa Família, ou seja, a incapacidade de inserir esta população adulta no ciclo produtivo da economia do país.

A falta de cooperação para o fortalecimento da economia e geração de empregos condiz com o aumento e procura de famílias para serem assistidas por programas sociais. Kerstenetzky (2009) afirma que “outra objeção frequente é que o programa seria assistencialista, e como todo tal tenderia a aumentar a dependência dos pobres em vez de encorajar a responsabilidade e autonomia” (KERSTENETZKY, 2009, p. 60).

A crítica proposta pela autora faz sentido, pois quando nos deparamos com a realidade atual dos beneficiários, onde os jovens membros encontram dificuldades para conseguir o primeiro emprego, não recebem preparos através de cursos profissionalizantes, e ao atingirem a maioria ficam reféns do programa e sem qualificação profissional para lhes assegurar nessas buscas. Sendo necessário criar medidas de geração de empregos para os beneficiários desses programas sociais, tendo como alvo principal os jovens, evidencia-se a importância do trabalho remunerado que gera meios de subsistências econômicas.

Barros (2006) evidencia a importância das transferências de renda, que impactará diretamente as famílias mais pobres, sendo um fator importante no combate à desigualdade e à pobreza na população brasileira, defendendo que quanto maior a cobertura melhor será o resultado proposto pelo programa.

Diminuição gradual de desigualdade de oportunidades, através da ampliação do capital humano dos mais pobres e, portanto, de sua capacidade futura de geração autônoma de renda. Nesse sentido, os programas são direcionados a famílias com crianças e adolescentes menores de 14 anos e condicionam a complementação monetária a frequência das crianças à escola e, alguns deles, também a postos de saúde e/ou participação dos adultos em cursos

de capacitação profissional. 14 de fato, a menos que a garantia de renda mínima seja conjugada a programas que visem ao desenvolvimento pessoal dos membros das famílias participantes, é grande o risco de que, ao final do prazo estabelecido para a concessão de complementação de renda, a família retorne à situação anterior a seu ingresso no programa. (BARROS, 2006, p. 9).

É necessário um pensamento crítico em relação aos programas de distribuição de renda; no contexto atual do município de São Francisco do Conde, os resultados futuros e as implicações sobre o não recebimento do valor atribuído através do PAS pode ser alarmante, muitos dos beneficiários já contemplados não exercem atividade remunerada, existindo assim a necessidade de políticas eficientes que possam abarcar a todos após o término do programa.

Em síntese as evidências parecem sugerir que o Bolsa Família, reduz a oferta de trabalho dos adultos, principalmente entre as mulheres. Como parte delas são mães de filhos em primeira infância esse efeito pode ser positivo para o desenvolvimento saudável da criança. Mas problemático é o impacto sobre a oferta de trabalho dos demais adultos do domicílio. Isso pode ter repercussões negativas sobre o funcionamento do mercado de trabalho e o bem-estar de longo prazo das famílias. (SOUZA, 2012, p. 18).

Talvez essa seja uma das maiores críticas relacionadas aos programas sociais, como se a estabilidade financeira que os programas garantem às famílias contempladas criasse um “bicho preguiça”, fomentando a ideia de comodidade e de não cooperação para a economia. De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2004),

A redução da pobreza perpassa outros fatores e apontam como alternativas e aplicação da inserção de jovens no sistema de educação e articulação no sentido mais amplo de políticas públicas de geração de emprego e redistribuição de rendas planejadas e executadas com serenidades. (SILVA, YAZBEK E GIOVANNI, 2004, p, 202).

Os programas sociais necessitam melhorar suas condicionalidades em relação aos jovens, preparando-os para o mercado de trabalho através de cursos profissionalizantes.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia consiste em pesquisa exploratória a partir dos dados coletados, como também pesquisa de campo com fins de identificar características entre os aspectos da população e dos beneficiários.

Para coleta de dados e informações serão feitas observação sistemática e entrevistas abertas semiestruturadas, tendo como público alvo os moradores beneficiários do Programa de Acolhimento Social (PAS), bem como as assistências sociais, de modo a identificar a estimativa populacional do município de São Francisco do Conde em geral, de beneficiários do programa e o seu valor mensal.

Este projeto fará uso dos dados qualitativos para aplicar os resultados de forma positiva, na tentativa de aprimorar a qualidade do programa, a fim de atender as demandas dos beneficiários lhes proporcionando uma garantia futura de oportunidade de trabalho, para que eles se desenvolvam economicamente, através da geração de políticas públicas eficientes de geração de empregos. Sendo assim, o programa só necessita ser solicitado, para atendê-los durante um período de falta de emprego temporariamente.

Referências

Ação Coordenada de Combate à Pobreza. Rio de Janeiro, 1997. SILVA, Maria; <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/pas-programa-de-acolhimentosocial-de-complementacao-de-renda/>

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In: Revista Temporalis, Ano II, N.º 3. Jan. a jun. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IPEA 2012

KERSTENETZKY, Célia. **Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família.** Rio de Janeiro, 2009.

LAVINAS, Lena; VERSANO, Ricardo. **Programas de Garantia de Renda Mínima e NETTO, José. Paulo.** Cinco notas a respeito da “questão social”. In: Revista Temporalis, Ano II, N.º 3. Jan. a jun. 2001.

NETTO, José. Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1996b.

NETTO, José. Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo. O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

NETTO, José. Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, Ano XVII, N.º 50, abr 1996a.

O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva.* Rio de Janeiro, 2007.

SENNA, M. C. M. et al. **Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira.** Revista Kátal, Florianópolis, 2007. SILVA, M. O. da S.

SOUZA, André. **Políticas de Distribuição de Renda no Brasil e o Bolsa Família.** São Paulo, 2011.

YAZBEK, Maria; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo, 2004.